



## a integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX

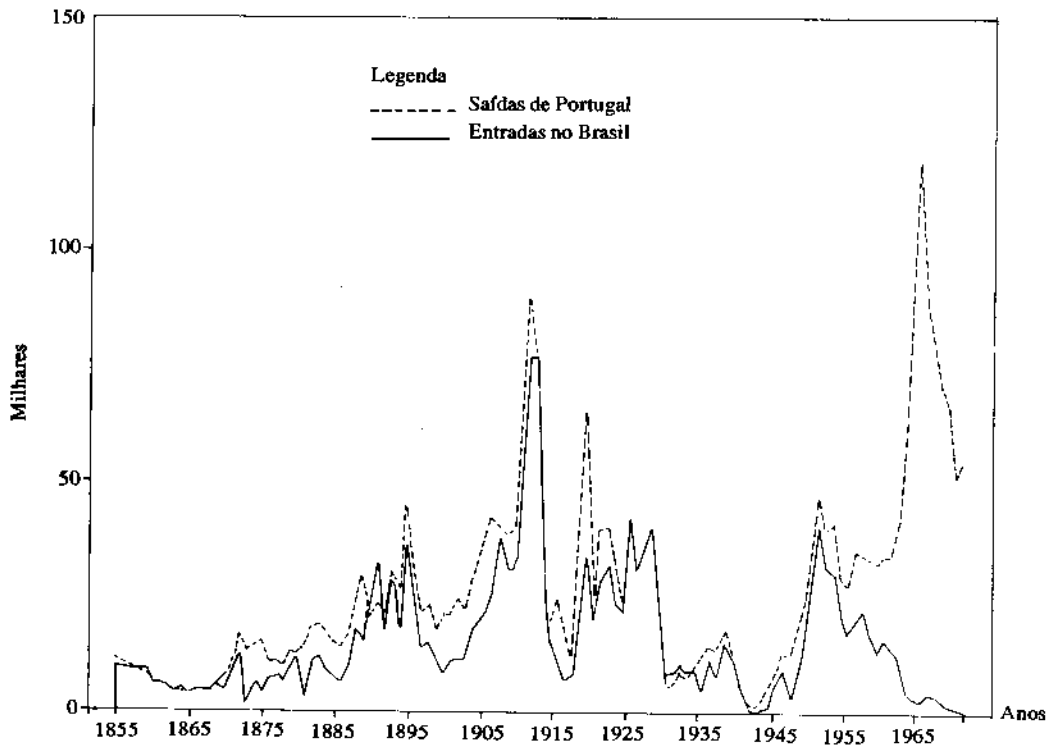
Herbert S. Klein\*

**RESUMO** – Esta pesquisa sobre a emigração portuguesa para o Brasil, analisa as estatísticas portuguesas e brasileiras para determinar o “timing” e as características dos imigrantes portugueses que vieram para o Brasil no contexto da emigração portuguesa como um todo. Os padrões de mobilidade geográfica e econômica dos portugueses residentes no Brasil são examinados especialmente a partir de 1900. Vindos para o Brasil desde o início da colonização, os portugueses foram importantes até a segunda metade do século XX, constituindo o grupo mais numeroso de imigrantes estrangeiros. Eles foram ainda, os que mais se concentraram em centros urbanos e os que menos receberam subsídios oficiais, comparativamente a outros grupos de imigrantes. Como consequência, o contingente português tendeu a ter uma proporção maior de homens solteiros, que aquela presente em outros grupos, tanto europeus quanto asiáticos. Saindo-se razoavelmente bem como proprietários de terra, obtiveram um êxito maior nas atividades essencialmente urbanas, quais sejam: a industrial e a comercial. A precoce concentração urbana dos portugueses pode talvez explicar as altas taxas de participação na criminalidade urbana na primeira metade do século XX. Apesar de a rápida integração na economia brasileira justificar a baixa taxa de retorno ao país de origem – a mais baixa dentre os imigrantes europeus – os portugueses foram os mais endôgamos, alcançando níveis relativamente baixos de casamento misto, tanto com brasileiros natos quanto com outros grupos de imigrantes.

Dentre as principais correntes migratórias da Europa para o Brasil, a portuguesa foi a mais longa e, ao final, a mais significativa numericamente, ao contrário de outros emigrantes europeus, os portugueses dirigiram-se primeiramente ao Brasil. Do início do século XIX até a década de 1950, mais de quatro quintos de todos os emigrantes lusos que saíram legalmente de seu país vieram para o Brasil (Serrão, 1977:43) (1). Não é de estranhar, portanto, que o número de emigrantes que deixaram Portugal e o daqueles registrados quando da chegada ao Brasil (ver Gráfico 1) estejam tão altamente correlacionados (2).

\* Pesquisador da Universidade de Columbia (EUA).

**GRÁFICO 1**  
**Total de Emigrantes Saindo de Portugal e Imigrantes Portugueses Entrando no Brasil**  
**1855-1972**



Houve também uma considerável emigração portuguesa por via ilegal, tanto no século passado como no século XX, especialmente após a segunda metade. Na década de 1960, por exemplo, os emigrantes ilegais equivaliam a um terço ou mais do fluxo legal – cuja maior parte foi para outras nações. Esta emigração ilegal provinha das mesmas áreas da legal, ou seja, as Ilhas Atlânticas dos Açores e as províncias setentrionais do território português continental; nestas províncias incluíam-se tanto as costeiras (Minho, Porto e Beira Litoral) como as do interior (Trás os Montes e Beira Alta) (3). Eram as mais importantes áreas de emigração, pois enfrentavam desde há muito tempo problemas de altas taxas de fecundidade, predomínio de um sistema de pequenas propriedades, heranças com partilhas estritas e redes de relações sociais fortemente estruturadas, oferecendo assim, os fatores básicos de impulso para a emigração. Ademais, estas pressões mantiveram-se constantes por quase dois séculos e garantiram a emigração em bons e maus períodos econômicos. Este movimento de homens, tanto casados como solteiros foi tão sistemático que o Norte de Portugal ficou bastante conhecido, em termos de Europa, pela predominância de mulheres em todas as atividades agrícolas tradicionais (Brettell, 1986).



O Brasil mesmo tendo recebido a esmagadora maioria da imigração legal até a década de 1950, com o surgimento após a Segunda Guerra Mundial de outros fatores, tais como a emergência de outros países americanos concorrentes, de uma importante corrente emigratória para a África do Sul e, sobretudo, a enorme atração da Europa para emigrantes ilegais na década de 1960, transformaram na atualidade a França e a África do Sul nos países com a maior concentração mundial de imigrantes portugueses (ver Tabela 1) (4).

TABELA 1  
Estimativa dos Portugueses Residentes em Outras Nações por Volta de 1978

País	População	%
França . . . . .	920.000	26
África do Sul . . . . .	660.000	19
Brasil . . . . .	620.000	18
Venezuela . . . . .	350.000	10
Estados Unidos . . . . .	318.000	9
Canadá . . . . .	210.000	6
Alemanha . . . . .	110.000	3
Argentina . . . . .	60.000	2
Sub Total . . . . .	3.248.000	93
Outros . . . . .	231.000	7
Total . . . . .	3.479.000	100

FONTE: ARROTÉIA, Jorge Carvalho – 1983, p.132.

A esta volumosa emigração de portugueses, legal ou clandestina, deve ser acrescentado o fluxo de emigrantes para as colônias de Portugal na África na metade do século XX (5). Somando-se estes fatores fica evidente que Portugal tornou-se um dos principais exportadores europeus de população, tanto no século passado como especialmente neste. De fato, estimou-se que entre 1886 e 1969, só a emigração legal absorveu no mínimo 50% do excedente de nascimentos em relação às mortes da população residente portuguesa (Ferreira, 1976:43).

Durante grande parte dos séculos XIX e XX o Brasil manteve-se como principal área de interesse para a emigração portuguesa por diversas razões fundamentais. O idioma comum, os vínculos históricos entre a ex-metrópole e a ex-colônia, salários mais altos e melhores oportunidades econômicas, além de complexas e duradouras relações econômicas e comerciais e uma comunidade local de negociantes dominada por portugueses, que fizeram com que os emigrantes lusos vissem no Brasil um objetivo muito desejado.

Estreitas ligações e contatos duradouros significaram familiaridade e extensas e desenvolvidas redes de relações para os emigrantes portugueses, que poucas dificuldades tiveram de integrar-se à economia brasileira. Por estes motivos o fluxo migratório português ocorreu independente dos vários subsídios que explicam a emigração de outros europeus para o Brasil.

Colônias agrícolas e subsídio para o transporte marítimo de imigrantes para a cafeicultura envolveram alguns trabalhadores portugueses (6), mas a maioria destes veio às suas próprias expensas, alheios a tais incentivos. Assim, apesar de imigrantes italianos e até espanhóis superarem em número os portugueses, no período da mais intensa imigração para o Brasil (1880-1920), foram os lusitanos, no final os mais numerosos (ver Tabela 2); eles vieram não apenas nos períodos de pico, mas também num fluxo constante, antes e depois da grande emigração.

TABELA 2  
Principais Grupos de Imigrantes Estrangeiros Chegados ao Brasil  
1820-1972

Período	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Japoneses	Total
1820-1876 . . . .	16.562	160.119	2.901	-	350.117
1877-1886 . . . .	132.153	83.998	15.715	-	273.162
1887-1903 . . . .	995.620	305.582	193.607	-	1.654.830
1904-1914 . . . .	212.063	412.607	243.617	15.543	1.085.849
1915-1918 . . . .	17.647	41.897	31.539	9.728	111.648
1919-1930 . . . .	116.319	337.723	91.776	75.382	945.284
1931-1940 . . . .	18.328	95.740	9.937	86.414	288.607
1941-1945 . . . .	276	9.073	275	1.548	18.432
1946-1963 . . . .	115.754	320.595	123.590	53.556	799.365
1964-1972 . . . .	4.527	22.980	4.467	5.836	74.082
<b>Totais</b>					
1820-1930 . . . .	1.490.364	1.341.926	579.155	100.653	4.420.890
1820-1972 . . . .	1.629.249	1.790.314	717.424	248.007	5.601.376

FONTE: LEVY, M. Stella Ferreira – 1974, p.74, Tabela 2.

NOTA: Os números oficiais do Governo para 1884-1953 são encontrados em: FIBGE – Anuário Estatístico do Brasil – 1954, p. 59.

No século XIX houve um fluxo tão intenso de imigrantes entrando no setor comercial urbano do Brasil, que foi, algumas vezes, descrito como uma imigração de **caixeiros**. Entretanto, no lento processo de reposição do trabalho escravo urbano, em resposta ao fim do tráfico (1850), houve também um recrutamento de trabalhadores **enganchados** sob contrato ilegal de trabalho vindos dos Açores (7). Este tipo de mão-de-obra contratada, no início e em meados do século XIX, tinha muito em comum com o **indentured labor** da América do Norte no século XVIII e no princípio do século XIX, isto é, a venda dos serviços pessoais por um período de três anos em troca do dinheiro da passagem.

Já se disse que o trabalho **enganchado** substituiu, nesse período, a cada vez mais cara mão-de-obra escrava urbana nos serviços não qualificados, na cidade do Rio de Janeiro (Alencastro, 1988) (8); mas a emigração de trabalhadores especializados do Norte de Portugal mantinha-se firme e eles acabaram por dominar o comércio varejista de todas as maiores cidades



brasileiras. Assim, em 1856-57, um levantamento oficial dos estabelecimentos comerciais do Brasil mostrou que os brasileiros eram proprietários de apenas 44% do total e que os portugueses, sozinhos, respondiam por mais 35% (Lobo, 1978). Em 1892, o embaixador luso sentiu-se à vontade para declarar: "podemos afirmar, que o comércio a varejo é nosso" (Alencastro, 1988:34).

Foi apenas com a abolição da escravatura em 1888 e com o começo da imigração subsidiada e em massa, que uma nova onda de imigrantes portugueses começou a chegar, em grupos familiares, e a encaminhar-se para o trabalho agrícola. Apesar da importância deste novo estilo de trabalho **enganchado**, os portugueses permaneceram provavelmente como o mais urbano dos novos grupos de imigrantes, pelo menos durante a primeira geração de recém-chegados.

Os portugueses estavam altamente concentrados em centros urbanos e foram sempre numericamente significativos em relação à população total das duas maiores cidades da República, constituindo o grupo estrangeiro dominante no Rio de Janeiro (Distrito Federal) e marcando expressiva presença entre os não brasileiros em São Paulo. Além disso, como demonstrou um recenseamento do Distrito Federal de 1890, formavam a mais antiga comunidade dentre os estrangeiros, com mais da metade de seus membros tendo chegado em 1879 ou antes (9).

Esta concentração de portugueses nos centros urbanos do Sudeste brasileiro prosseguiu nas décadas seguintes. Em 1920, os quase 65 mil portugueses de São Paulo representavam 11% da população paulistana total e os 172 mil do Rio de Janeiro perfaziam consideráveis 15% do total da cidade; juntas estas duas concentrações urbanas somavam 51% dos nativos de Portugal residentes no Brasil, neste ano do Censo. Com as populações rurais de origem lusitana, aqueles dois Estados abrigavam cerca de 368 mil lusos, ou seja, 85% dos portugueses no País (ver Tabela 3). Esta precoce e dominante posição urbana não era a norma para os outros principais imigrantes europeus, que, na década de 1920, ainda se encontravam, em sua maioria, nas áreas rurais. A concentração cresceu ainda mais a cada década, de forma que no Censo de 1970, 93% de todos os portugueses que viviam no Brasil encontravam-se nestes dois Estados e 66% deles residiam nas duas cidades citadas.

Neste ensaio, concentrei a análise da imigração portuguesa pós-1880 nestes dois Estados. Pretendo compará-la com os demais grupos de imigrantes em termos de sua organização social e econômica e de sua integração sócio-econômica.

Dadas a longevidade e a autonomia da imigração lusa, não é de surpreender que as divisões sexual e etária dos imigrantes portugueses estivessem mais próximas do perfil daqueles europeus que se dirigiram para a Argentina e os Estados Unidos, do que a de outros grupos imigrantes chegados ao Brasil com passagens subsidiadas. A tendência dos portugueses, muito mais do que a das outras principais nacionalidades européias, era a de vir na condição de homens adultos solteiros, sendo poucas as esposas e filhos que os acompanhavam. Assim, numa análise por idade, estrutura familiar e outras características sociais dos europeus que aportavam a Santos entre 1908 e 1936 (ver Tabela 4), os portugueses tinham a mais alta proporção de homens e adultos. O mesmo padrão pode ser visto nas estatísticas correspondentes sobre os emigrantes de Portugal no mesmo período. Com três quartos ou mais dos emigrantes legais vindos para o Brasil até meados da década de 1950, as distribuições no conjunto da imigração

legal de 1875 a 1964 (ver Tabela 5), mostram de novo a correspondência de elevadas taxas de adultos (mais de 80%, em média) e de homens, neste último caso, ainda mais extremas do que indicam as estatísticas brasileiras concomitantes.

TABELA 3  
Distribuição dos Imigrantes Portugueses por Estado  
1920-1970

Regiões/Estados	1920	1940	1950	1970
<b>NORTE</b>				
Acre . . . . .	631	167	99	29
Amazonas . . . . .	7.615	3.090	2.019	1.064
Pará . . . . .	14.211	6.013	4.438	3.030
Amapá . . . . .			41	40
Território . . . . .			73	50
<b>NORDESTE</b>				
Maranhão . . . . .	625	511	385	240
Piauí . . . . .	66	37	40	29
Ceará . . . . .	296	340	276	200
Rio Grande do Norte . . . . .	81	98	73	52
Paraíba . . . . .	131	104	97	78
Pernambuco . . . . .	4.809	3.048	2.308	2.402
Alagoas . . . . .	237	162	131	139
Sergipe . . . . .	125	44	30	44
Bahia . . . . .	3.345	1.912	1.531	1.586
<b>SUDESTE</b>				
Minas Gerais . . . . .	18.228	9.310	6.472	5.156
Espírito Santo . . . . .	1.728	1.278	789	525
Distrito Federal . . . . .	172.338	154.662	133.905	153.834
Rio de Janeiro . . . . .	28.661	21.663	21.165	38.349
São Paulo . . . . .	167.198	165.542	151.320	214.021
(Cidade de São Paulo) . . . . .	(64.678)	(78.949)	(n.a.)	(136.497)
<b>SUL</b>				
Paraná . . . . .	1.808	3.451	4.615	9.120
Santa Catarina . . . . .	506	409	318	341
Rio Grande do Sul . . . . .	9.324	7.167	5.667	5.189
<b>CENTRO-OESTE</b>				
Mato Grosso . . . . .	1.310	1.015	728	956
Goiás . . . . .	304	293	317	634
Brasília . . . . .				875
TOTAL DE PORTUGUESES . . . . .	433.577	380.316	336.837	437.983
TOTAL DE IMIGRANTES . . . . .	1.565.961	1.406.342	1.213.974	1.229.122
POPULAÇÃO TOTAL . . . . .	9.930.478	41.165.298	51.941.767	93.139.037

FONTE: LEVY, M. S. Ferreira – 1974, pp. 79-82.

NOTA: Em 1970, o Distrito Federal correspondia ao Estado da Guanabara.



Em termos de ocupações os imigrantes lusos, como já foi dito, também tendiam menos para o trabalho agrícola do que qualquer outro grupo (ver Tabela 4). Sua estrutura ocupacional mais complexa pode ser observada em duas amostragens de imigrantes legais chegados ao Brasil em 1909 e 1913 (ver Tabela 6); embora os camponeses sem-terra fossem um segmento importante nestes anos (50% e 34%, respectivamente), não eram o único grupo dominante; também havia um número surpreendentemente alto de proprietários e artesãos especializados.

TABELA 4  
Características dos Principais Grupos de Imigrantes Chegados ao Porto de Santos  
1908-1936

	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Japoneses	Total
População Total	202.749	275.257	209.282	176.775	1.222.282
Número de Grupos Familiares . .	28.374	35.044	33.955	31.412	174.928
% dos sozinhos .	42	53	18	5	37
Idade					
% de maiores de 12 anos . . . . .	78	81	68	70	77
% na faixa 7-12 anos . . . . .	8	7	12	11	8
% de menores de 7 anos . . . . .	14	12	20	19	15
Razão de Masculinidade . . . . .	183	212	146	128	176
Estado Civil					
% de casados . . .	42	43	37	42	39
% de solteiros . .	55	55	60	56	58
% de viúvos . . .	3	2	3	2	2
Analfabetos (%) *	32	52	65	10	34
Ocupação					
% de agricultores	50	48	79	99	59

FONTE: SÃO PAULO, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Directoria de Terras, Colonização e Imigração. BOLETIM I, São Paulo.

NOTA: \* Porcentagem de analfabetos entre a população de sete anos de idade ou mais.

**TABELA 5**  
**Idade e Sexo de Todos os Emigrantes Portugueses (Por Quinquênio)**  
**1875-1964**

Quinquênio	Total	Total		Crianças (*)	Razão Masculinidade Total	%
		Homens	Mulheres			
1875-79 . . . . .	60,666	51,070	9,596	10,052	532,2	16,6
1880-84 . . . . .	82,275	65,865	16,410	12,271	401,4	14,9
1885-89 . . . . .	90,529	69,947	20,582	16,715	339,8	18,5
1890-94 . . . . .	141,374	106,722	34,652	28,239	308,0	20,0
1895-99 . . . . .	135,624	98,275	37,349	32,940	263,1	24,3
1900-04 . . . . .	116,044	84,509	31,535	24,189	268,0	20,8
1905-09 . . . . .	191,929	147,490	44,439	35,131	331,9	18,3
1910-14 . . . . .	291,429	204,459	86,970	59,992	235,1	20,6
1915-19 . . . . .	108,281	65,797	42,484	20,360	154,9	18,8
1920-24 . . . . .	199,056	152,927	46,129	13,769	331,5	6,9
1925-29 . . . . .	167,283	128,547	38,736	9,605	331,9	5,7
1930-34 . . . . .	51,515	35,689	15,826	4,639	225,5	9,0
1935-39 . . . . .	67,707	45,534	22,173	10,309	205,4	15,2
1940-44 . . . . .	25,017	16,712	8,305	3,996	201,2	16,0
1945-49 . . . . .	56,690	37,308	19,382	8,034	192,5	14,2
1950-54 . . . . .	182,939	118,930	64,009	33,517	185,8	18,3
1955-59 . . . . .	159,241	96,139	63,102	37,078	152,4	23,3
1960-64 . . . . .	194,548	120,672	73,876	43,971	163,3	22,6
<b>Total (* *) . . . . .</b>	<b>2,322,147</b>	<b>1,646,592</b>	<b>675,555</b>	<b>404,807</b>	<b>243,7</b>	<b>17,4</b>

**FONTE:** – FERENCZI, I & WILLCOX, W.W. – 1929, p. 844.

– PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – 1966, p. CXXXVIII, Tabela 88.

**NOTAS:** \* Pessoas menores de 14 anos de idade, até 1955. Após esta data, a definição de criança passou a ser “com menos de 15 anos”.

\*\* Estes totais incluem migrantes do continente e das ilhas, embora deva ser ressaltado que o Instituto Nacional de Estatística de Portugal e os órgãos que o precederam, constante e inconsistentemente vêm alterando os resultados totais. Além disso, estes números “oficiais” diferem de década para década e podem ser considerados apenas aproximações, mesmo para a migração “legal”.

De muitas maneiras os portugueses se diferenciavam da maior parte das características dos outros imigrantes oriundos da Europa. Apesar de se dirigirem em grande número ao campo, também constituíram, desde o início, um elemento primordial nas maiores cidades. Era o grupo estrangeiro predominante no Rio de Janeiro, a partir dos primeiros momentos, e estava bem representado na nova, crescente e poderosa cidade de São Paulo. Assim, um recenseamento de 1906 no Rio de Janeiro (o então Distrito Federal) arrolou cerca de 133 mil portugueses, que representavam 17% da população total da cidade, bem como esmagadores 71% de todos os estrangeiros lá residentes (ver Tabela 7).





TABELA 6  
Distribuição das Ocupações dos Emigrantes de Portugal para o Brasil  
1909-1913

Grupos/Ocupações	1909		1913	
	Número	%	Número	%
I - Trabalhadores Agrícolas Sem-Terra . . . . .	16.353	50,3	14.605	33,6
Pescadores . . . . .	271	0,8	252	0,6
Trabalhadores em Indústrias Rurais . . . . .	181	0,6	3.592	8,3
Empregados Domésticos . . . . .	2.022	6,2	1.539	3,5
	18.827	57,9	19.988	45,9
II - Operários Fabris . . . . .	55	0,2	215	0,5
Artesãos . . . . .	5.146	15,8	6.008	13,8
Trabalhadores em Transportes . . . . .	790	2,4	512	1,2
Trabalhadores no Comércio . . . . .	1.316	4,0	1.713	3,9
Funcionários Públicos . . . . .	11	0,0	10	0,0
	7.318	22,5	8.458	19,4
III - Profissionais Liberais . . . . .	199	0,6	138	0,3
Proprietários e Capitalistas . . . . .	2.107	6,5	339	0,8
Proprietários Rurais . . . . .	3.443	10,6	13.783	31,7
Comerciantes . . . . .	561	1,7	715	1,6
Industriais . . . . .	75	0,2	82	0,2
	6.385	19,6	15.057	34,6
IV - Sem profissão . . . . .	3.622		20.832	
Desconhecida . . . . .	179		3.541	
Total . . . . .	36.331		67.876	
Total com Profissão Conhecida . . . . .	32.530	100,0	43.503	100,0

FONTE: SERRÃO, Joel (ed.) - 1965. *Dicionário Histórico de Portugal*. Lisboa, v.2, n.25.

NOTA: Existe um erro no total publicado para 1913, que, por isso, difere deste número total.

O perfil por idade e sexo dos portugueses, nestas e nas estatísticas de chegada a Santos, mostra o mesmo impacto de uma emigração mais autofinanciada. Os lusos têm uma extraordinária concentração masculina (uma taxa de 319 homens para cada 100 mulheres, em comparação com índices de 256 para o total de estrangeiros e de 131 para os brasileiros). Embora todos os europeus fossem mais velhos que os nascidos no Brasil, o fato dos portugueses serem em tão esmagadora maioria, homens adultos solteiros significava que, mesmo entre os imigrantes, eles tendiam a estar dentre os mais velhos dos recém-chegados. No caso da cidade do Rio de Janeiro, em 1906, a idade média dos homens e mulheres lusitanos era de 30-35 anos, em comparação com 15-20 para os brasileiros (ver Tabela 8).

TABELA 7  
População do Distrito Federal, por Origem e Sexo  
1906

Origem	Homens	Mulheres	Total	Homens por Mulher	Total %	Europeus %
Brasil . . . . .	308,808	288,345	597,153	107,1	76,1	
Portugal . . . . .	100,935	31,594	132,529	319,5	16,9	70,5
Itália . . . . .	17,109	8,409	25,518	203,5	3,3	13,6
Espanha . . . . .	14,002	6,585	20,587	212,6	2,6	11,0
Alemanha . . . . .	1,105	1,041	2,146	106,1	0,3	1,1
Inglaterra . . . . .	818	492	1,310	166,3	0,2	0,7
França . . . . .	1,406	1,791	3,197	78,5	0,4	1,7
Outros da Europa . . . . .	1,265	1,358	2,623	93,2	0,3	1,4
<b>Total de Europeus . . . . .</b>	<b>136,640</b>	<b>51,270</b>	<b>187,910</b>	<b>266,5</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>
<b>Total da Cidade(*) . . . . .</b>	<b>445,448</b>	<b>339,615</b>	<b>785,063</b>	<b>131,2</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

FONTE: RIO DE JANEIRO, Recenseamento realizado em 20 de setembro de 1906, p. 126-172.

NOTA: (\*) números correspondentes apenas à população residente.

TABELA 8  
Distribuição Etária dos Portugueses Residentes na Cidade do Rio de Janeiro  
1906

Faixa Etária	Homens %	Mulheres %
0 - 15 . . . . .	5,1	9,1
15 - 20 . . . . .	6,3	8,4
20 - 25 . . . . .	12,6	10,7
25 - 30 . . . . .	15,6	11,5
30 - 35 . . . . .	13,8	10,9
35 - 40 . . . . .	12,6	11,2
40 - 45 . . . . .	11,1	10,4
45 - 50 . . . . .	7,9	7,9
50 - 55 . . . . .	6,3	7,3
55 - 60 . . . . .	3,5	4,3
60 - 65 . . . . .	2,5	3,8
65 - 70 . . . . .	1,2	2,0
70 - 75 . . . . .	0,6	1,2
75 - 80 . . . . .	0,3	0,6
80 + . . . . .	0,2	0,6
<b>Total . . . . .</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Número (*) . . . . .</b>	<b>(100.877)</b>	<b>(31.446)</b>

FONTE: RIO DE JANEIRO, Recenseamento realizado em 20 de setembro de 1906, pp. 384-385.

NOTA: (\*) Estes valores baseiam-se no número de pessoas cuja idade era conhecida.



Os portugueses eram também surpreendentemente endógamos quando se casavam. Seja por causa do constante fluxo migratório, seja por causa de problemas específicos de integração social com uma população que crescentemente desprezava-os por serem imigrantes pobres, os portugueses de início, casavam-se menos com brasileiros do que quaisquer outros europeus, sendo suplantados nestes padrões de casamentos endogâmicos apenas pelos japoneses. Este resultado surpreende mais ainda, diante da identidade lingüística e do ambiente predominantemente rural e de pequenas cidades até 1950. Contudo, as estatísticas sobre exogamia, tanto para São Paulo como para o Rio de Janeiro, confirmam estas conclusões. Assim, dos 22.030 homens e mulheres nascidos em Portugal que se casaram no Rio de Janeiro no decênio de 1970 a 1916 (ver Tabela 9), 51% dos homens o fizeram com portuguesas — uma taxa superior à dos italianos e dos espanhóis (50% e 47%, respectivamente, casaram-se com mulheres de sua própria nacionalidade). Dessa maneira, dava-se uma elevada endogamia, embora os portugueses em relação aos demais grupos de estrangeiros residentes na cidade, tivessem bem menos mulheres compatriotas para desposar do que outros homens nascidos no exterior. Mais contundentes, porém, são os índices para as portuguesas, pois 84% delas casaram-se com portugueses, em comparação com 64% das italianas que se uniram a italianos e 52% de espanholas a espanhóis.

TABELA 9  
Casamentos Inter-Étnicos Segundo a Origem do Cônjuge  
Cidade do Rio de Janeiro  
1907-1916

		Mulheres					Total
		Brasil	Portugal	Itália	Espanha	Outros	
H	Brasil	30.441	1.030	211	218	279	32.179
O	Portugal	6.176	6.964	156	357	100	13.753
M	Itália	651	73	765	30	28	1.547
E	Espanha	512	169	37	658	32	1.408
N	Outros	424	41	35	14	747	1.261
S							
Total		38.204	8.277	1.204	1.277	1.186	50.148

FONTE: RIO DE JANEIRO, Directoria Geral de Saúde Pública, Anuário de Estatística Demographo-Sanitário - 1907-1916.

Ainda que as taxas de endogamia declinassem com o tempo, os portugueses mantiveram essa posição excepcional entre os principais grupos de imigrantes europeus (se bem que muito atrás dos japoneses) (10). No registro de casamentos da cidade de São Paulo entre 1934 e 1946 (ver Tabela 10), encontram-se 14.008 homens e mulheres portugueses. As portuguesas destacavam-se novamente, com uma taxa de endogamia de 57% (em comparação com 33%

para as italianas e 30% para as espanholas). Embora os homens em São Paulo estivessem casando com brasileiras em número mais elevado, 32% dos portugueses ainda se casavam com portuguesas – a despeito de uma taxa de 180 homens para 100 mulheres –, e isto em comparação com uma taxa de endogamia de 20% para os espanhóis e 18% para os italianos. O mesmo padrão pode ser detectado nos índices de casamento no Rio de Janeiro, entre 1941 e 1945. Dos 7.332 homens e mulheres nativos de Portugal que se casaram (com uma taxa de 204 homens para 100 mulheres), 34% dos portugueses e 68% das portuguesas o fizeram dentro de sua nacionalidade. Em ambos os casos, ele e elas foram muito mais endogâmicos do que os outros principais grupos de imigrantes europeus (11).

TABELA 10  
Casamentos Entre Brasileiros e Estrangeiros  
Cidade de São Paulo  
1934-1946 (\*)

Homens	Mulheres					Total
	Brasileiros	Italianos	Espanhóis	Portugueses	Outros (**)	
Brasileiros . . .	103.490	1.331	1.079	1.742	1.259	108.901
Italianos . . . .	3.200	754	66	128	106	4.254
Espanhóis . . . .	2.254	48	619	84	145	3.150
Portugueses . . .	5.711	118	198	2.853	119	8.999
Outros . . . . .	2.049	62	120	202	3.762	6.195
Total . . . . .	116.704	2.313	2.082	5.009	5.391	131.499

FONTE: SÃO PAULO. Departamento de Estatística – 1934, pp. 25-29.

GUIMARÃES, Caio de Freitas – 1952. A assimilação dos principais grupos estrangeiros através das estatísticas dos casamentos e nascimentos, na população do Município de São Paulo, 1940/46, *ibid*, Boletim Especial, Ano XIV, 2ª fase, nº 1, p. 90.

NOTA: (\*) Faltando o ano de 1939.

(\*\*) “Outros” incluem todos os demais imigrantes estrangeiros.

A natureza inicialmente mais urbana dos imigrantes lusos, quando comparada com a dos italianos e espanhóis, e a predominância masculina e adulta pode também explicar o padrão incomum de crimes cometidos, no Rio de Janeiro, na segunda década do século XX pelos homens portugueses. No quadriênio 1915-1918, estes perfaziam impressionantes 32% dos homens condenados por crimes, apesar de representarem apenas 15% da população masculina do Rio de Janeiro em 1920 (ver Tabela 11). Além disso, era o maior grupo condenado por crimes relacionados com o comércio (45% do total de condenados), o que não é de se estranhar, considerando-se sua concentração neste setor. Nesta categoria de crimes, alguns eram “portugueses” de fato – 47% dos falsários e 43% dos incendiários tinham esta nacionalidade. Muito mais estranho, porém, era o seu forte envolvimento em crimes violentos, em especial homicídios, agressões e estupro, cerca de 23% dos assassinos condenados eram portugueses. Como os



portugueses recebiam um tratamento melhor do que os negros e mulatos nativos, deve-se notar que aqueles tinham penas mais leves que estes e, assim, pode-se entender que até mesmo este indicador esconde o altíssimo nível de violência demonstrado por este grupo de imigrantes. Entre os homens condenados por assassinato involuntário e agressão, o número de lusitanos é notável; exatamente a metade das 220 pessoas condenadas pelo primeiro crime eram portugueses e, um total de 45% dos 1.024 responsabilizados pelo segundo eram imigrantes da mesma origem.

TABELA II  
Homens Condenados por Crimes na Cidade do Rio de Janeiro  
1915-1918

Origem	Categorias de Atividade Criminosa								Total	%
	I	II	III	IV	V	VI	VII	Diversos		
Brasil . . . . .	132	151	128	749	3.424	1.009	295	103	5.991	(56)
Portugal . . . . .	48	59	175	318	2.342	372	72	70	3.456	(32)
Itália . . . . .	19	8	29	14	217	42	8	7	344	(3)
Espanha . . . . .	8	10	19	24	240	69	26	7	403	(4)
Outros . . . . .	12	2	39	43	261	74	32	11	474	(4)
Total . . . . .	219	230	390	1.148	6.484	1.566	433	198	10.668	
(%) . . . . .	(2)	(2)	(4)	(11)	(61)	(15)	(4)	(2)		(100)

FONTE: RIO DE JANEIRO. Anuário Estatístico da Polícia da Capital Federal, 1915; 1916; 1917 e 1918.

LEGENDA: Definição de categorias de crimes:

- I - Contra a segurança interna da República (resistência e desacato à autoridade).
- II - Contra o livre exercício e gozo dos direitos individuais (ameaças, entrada à noite em casa alheia, etc.).
- III - Contra a fé pública (moeda falsa, falsidade de títulos e papéis, etc.).
- IV - Contra a honra e honestidade das famílias e ultraje público ao pudor (defloramento, estupro, rapto, etc.).
- V - Contra a segurança de pessoa e vida (homicídio, lesões corporais leves e graves, etc.).
- VI - Contra a propriedade pública e particular (dano, furto, estelionato, etc.).
- VII - Contra a pessoa e a propriedade (roubo, extorsão, etc.).
- Diversos - Miscelânea de crimes desde atos incendiários, abandono de recém-nascidos, poligamia até adulteração de alimentos.

Os portugueses, em São Paulo, envolveram-se menos em atividades criminosas do que os do Rio de Janeiro, seja porque seu número fosse menor, seja por serem mais recentes na cidade. Representando 11% da população paulistana de 1920, perfaziam cerca de 12% das pessoas acusadas de roubo entre 1880-1924. Eram apenas 12% dos acusados de assassinato, mas 18,5% dos indicados por crimes sexuais. Os italianos, por sua vez — que somavam 12% da população de São Paulo —, respondiam pelo dobro daquela taxa de assaltantes, 25% daqueles acusados de crimes sexuais e 41% daqueles que haviam cometido homicídio (Fausto, 1984:62).

Ainda que os portugueses fossem predominantemente urbanos, nas primeiras décadas, também estavam bem representados nas atividades rurais. No período 1890-1920, um número representativo de imigrantes lusitanos chegaram amparados por subsídios aos cafezais de São Paulo. Entre aquelas famílias que buscavam o campo, predominava o anseio de possuir a própria terra. Para os portugueses que se voltaram para o campo, houve um lento mas firme progresso no sentido de alcançar a propriedade da terra. Em 1920, na zona rural representavam 1,4% da população e possuíam 1,5% das propriedades. Embora detivessem um alto 2,4% de todas as propriedades rurais — só superados neste aspecto pelos italianos —, suas posses em média ainda eram muito pobres: apenas 71\$000 por hectare (ver Tabela 12).

TABELA 12  
Propriedade da Terra Entre Grupos Imigrantes de Primeira Geração no Brasil  
1920

Nacionalidade	Número de Propriedades	Área Média (em hectares)	Valor Médio por Hectare (em mil réis)	Proporção Total de Propriedades %	Proporção do Total de Terras Agrícolas %	Proporção do Valor Total das Terras %	Proporção da População Total (*) %
Italianos . . . . .	35.894	76	170\$	5,54	1,57	4,41	1,82
Portugueses . . . . .	9.552	380	71\$	1,47	2,07	2,45	1,42
Espanhóis . . . . .	4.725	95	173\$	0,73	0,26	0,73	0,72
Japoneses . . . . .	1.165	37	117\$	0,18	0,02	0,05	0,16
Todos Estrangeiros .	79.169	136	106\$	15,79	6,14	10,74	5,11
Brasileiros (**). . .	545.866	266	57\$	84,21	82,81	78,19	94,88
Totais . . . . .	648.153	270	60\$	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento do Brasil de Setembro de 1920, p. XXXII, quadro 22, pp. LXIII, 312-315.

NOTA: (\*) Para esta última coluna, "Proporção da População Total", ver *ibid*, IV, 1ª (População).

(\*\*) Dada a reduzida média de idade e a baixa proporção de homens na população de brasileiros natos, os valores na tabela rebaixam sua importância relativa como proprietários de terras em relação à sua participação na população total.

Contudo este quadro melhorou de forma considerável na década seguinte. Segundo um Censo Agrícola Especial levado a efeito em 1934 no Estado de São Paulo — então, como hoje, a mais rica região agrícola brasileira, sua situação era bem mais favorável. Assim, entre os proprietários de fazendas de café, os portugueses detinham 6% da produção e da terra, em terceiro lugar de importância depois dos espanhóis e italianos (ver Tabela 13). Continuavam firmemente representados em toda a produção agrícola estadual, cultivando de 4% a 8% dos ce-



reais, frutas e verduras. Eram produtores de rara agressividade em apenas duas áreas, a de pêras (com 22% da produção estadual e só 13% das fazendas que forneciam esta fruta) e a de morangos, na qual seus 7% das fazendas geravam 12% da produção do Estado. Com efeito, este desempenho bastante seguro em várias áreas não era freqüente entre proprietários estrangeiros que costumavam especializar-se em poucos setores e dominar-lhes o mercado.

TABELA 13  
Estrangeiros Proprietários de Fazendas de Café em São Paulo  
1934

Origem	% Fazendas	% Pés de Café	% na Produção de Café (em arrobas)	% da População do Estado
Espanhóis . . . . .	9,1	7,4	7,5	2,5
Italianos . . . . .	24,2	21,5	21,4	4,7
Portugueses . . . . .	6,3	6,0	5,5	2,7
Japoneses . . . . .	5,6	3,6	3,4	2,0
Total de Estrangeiros . . . . .	47,5	42,2	41,2	14,5
Brasileiros . . . . .	52,3	57,4	58,4	85,5
Total % . . . . .	100,0	100,0	100,0	100,0(*)
Número Total . . . . .	82.305	1.480.433.324	80.625.015	6.433.327

FONTE: SÃO PAULO, Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio - 1934. Recenseamento Agrícola - Zootécnico realizado em 1934, p. 35.

SÃO PAULO, Secretaria dos Negócios Metropolitanos, Emplusa - 1983. Reconstituição da Memória Estatística da Grande São Paulo, pp. 165 (Tabela I-11); 171 (Tabela I-21).

NOTA: (\*) Em muitos casos os valores não totalizam 100% em virtude da inclusão de proprietários de nacionalidade desconhecida.

Como proprietários rurais, os portugueses saíram-se razoavelmente bem, sem contudo equiparar-se naquelas áreas, aos italianos e japoneses, ou mesmo aos espanhóis. Em compensação, foram muito bem nos negócios, no comércio e na indústria. Uma pesquisa sobre as indústrias paulistas na década de 1970 mostrou que, até a terceira geração, eles representavam 10% dos diretores de firmas com 250 e mais empregados, na Região Metropolitana de São Paulo, em comparação com apenas 20% de diretores de origem brasileira e 31% de ascendência italiana. Da mesma forma, entre os proprietários de companhias com 110 ou mais funcionários, membros da primeira à terceira gerações oriundos de Portugal eram, de novo, o segundo grupo estrangeiro mais importante, chegando a 12% do total — comparado com os 16% de brasileiros de terceira geração e 35% de italianos. Dada sua importância relativa na população de São Paulo como um todo, esta era uma expressiva demonstração (Pereira, 1974).

Os portugueses também eram extremamente importantes, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, no pequeno comércio e como força de trabalho em geral, desde os serviços manuais não-especializados até a mão-de-obra industrial. São poucas as estatísticas razoáveis, mas dispõe-se de alguns indicadores gerais de sua atividade. Eram, por exemplo, 8% dos cerca de 10 mil operários têxteis de São Paulo em 1911, suplantados apenas pelos italianos e pelos brasileiros (12). No mesmo ano, somavam quase a mesma porcentagem que os brasileiros natos (ou seja, 38%) entre os 2.300 trabalhadores não-especializados empregados pelo Governo Estadual (13).

No Rio de Janeiro, tinham uma participação ainda mais significativa na força de trabalho. Portugueses natos perfaziam 25% dos 660 estivadores registrados na União de Operários Estivadores entre 1903 e 1905, superados em importância apenas pelos nascidos no Brasil e muito acima do segundo maior grupo de estrangeiros, os espanhóis, que representavam não mais de 5% dessa categoria de trabalhadores (Albuquerque, 1983:66). Formavam um número elevado e, em certos casos, a maioria dos trabalhadores no serviço de bondes urbanos. Nas linhas da C.F.C. Jardim Botânico, entre 1897 e 1911, eram 38% dos 559 empregados; também eram 57% dos 180 motorneiros da Brazilian Light and Power Company, entre 1880 e 1902. Formavam, ainda, o maior contingente de trabalhadores estrangeiros da Tecelagem Bangu, até 1926, 6% de um total de 2.003 operários (Keremitsis, 1982:72, 135).

Os trabalhadores lusos tiveram proeminência, também, na formação da maioria das importantes sociedades beneficentes criadas no Rio de Janeiro no século XIX e nos princípios do século XX (14), assim como se destacaram nos movimentos operários radicais. No Brasil, entre 1890 e 1920, 22% das pessoas identificadas como lideranças operárias eram portuguesas natas. Entre os 556 organizadores de entidades operárias expulsos do País de 1907 a 1921, os portugueses compunham um respeitável terço (ou seja, 181 homens) do total (Maram, 1979).

Naqueles anos, não foram somente os operários expulsos que deixaram o Brasil. Assim como ocorreu uma constante imigração de portugueses ao longo desse período, também houve uma constante imigração de retorno. Dadas as peculiares e próximas conexões entre os dois Países e a capacidade de ambos em evitar uma maior participação nas duas Guerras Mundiais do século XX, o fluxo de pessoas e de recursos financeiros manteve-se relativamente ininterrupto desde o começo do século passado até nossos dias. Os atrativos da imigração ainda que temporária eram altos para os trabalhadores lusitanos, diaristas e empregados do comércio e de serviços. No início deste século, estimou-se que os salários de artesãos especializados, no Brasil, eram dez vezes maiores do que em Portugal (Brettell, 1986:70).

Infelizmente, nem as estatísticas brasileiras, nem as portuguesas, fornecem estimativas definitivas dessa imigração de retorno. Quanto à segunda metade do século XIX, as estimativas de retorno variam entre 20% a 30% das chegadas (Alencastro, 1988:35). No século XX, as estatísticas oficiais portuguesas informam que, de 1936 a 1965, 405.876 pessoas emigraram para o Brasil e 67.506 voltaram, ou seja, só 17% do total dos que partiram. Isto se compara a uma taxa geral dos portugueses voltando de todos os países de apenas 13% (15). O demógrafo Giorgio Mortara, através de uma série de estimativas sobre o crescimento da população estrangeira no Brasil, sugere que a taxa de retorno do Brasil para Portugal foi menor que 30%, inferior, de fato, à de qualquer outro grupo dos principais imigrantes europeus. Ree-





xaminando estas taxas, Ferreira Levy conclui que aquela foi provavelmente mais alta, mas também mostra que apenas os japoneses apresentaram uma taxa de retorno menor que a dos portugueses – que, por sua vez, foi um terço da dos italianos (Levy, 1974). Ademais, estudos etnográficos das zonas de emigração do Norte de Portugal enfatizam que a vinda para o Brasil significava o abandono **de facto** das terras familiares tradicionais, com relativamente poucos retornos em comparação com as emigrações intra-européias, que permitiam visitas de retorno muito mais frequentes, com aquisições mais sistemáticas de terras locais e efetiva manutenção de reivindicações de direitos sobre as terras tradicionais (O'Neill, 1984:129).

Também é óbvio que a repatriação de poupança feita no Brasil por imigrantes portugueses foi um importante fator no crescimento da economia lusitana ao longo desse período. De 1870 a 1930, em especial, o movimento de recursos financeiros através do Atlântico foi maciço e acarretou um profundo impacto sobre a vida econômica de Portugal. Estima-se que nas duas primeiras décadas deste século, a poupança de origem brasileira remetida para a terra natal por estes imigrantes oscilou de 18.000 a 21.000 contos por ano, vale dizer, de 3,6 a 4,2 milhões de libras esterlinas anuais (Chaney, 1984:65). A maior parte desses recursos foi para parentes das províncias do Norte e teve um papel crucial na monetarização da terra e da construção rural. Mas, da mesma forma, como afirma Miriam Halpern Pereira em seu minucioso estudo sobre a poupança repatriada, exerceu um “papel determinante na balança de pagamentos portuguesa e na situação cambial. . .” (Pereira, 1981:43) (16).

Embora o impacto do Brasil sobre Portugal fosse profundo, o da imigração de 1,8 milhões de portugueses sobre o Brasil pós-Independência foi menos importante. Em comunidades bastante restritas, confinados a atividades em geral urbanas, relacionando-se de modo um tanto difícil com a população autóctone, os lusos eram considerados elementos hostis, fechados e relativamente de baixa condição no contexto urbano e branco dos brasileiros. Na década de 1950, com o fim da imigração portuguesa mais intensa, a natureza e a estrutura da comunidade lusitana no Brasil modificaram-se de várias maneiras. Os Estados Unidos, o Canadá e a Venezuela, na América, a África do Sul e outros tantos países do Norte da Europa passaram a ser destinos mais visados pela emigração metropolitana; o fluxo constante de imigrantes para as terras brasileiras cessou e seu lugar foi tomado por uma comunidade que rapidamente se integrava à maioria. Dada à forte visão pejorativa dos brasileiros natos com relação ao imigrante luso e com a ausência de novos imigrantes para reativar os tradicionais laços culturais, os portugueses estão perdendo as características distintivas que tanto definiram sua adaptação à cultura brasileira nos últimos duzentos anos.

## NOTAS

1. Os valores variam de 93%, em 1901-1911, a 67% em 1921-1930. Deve-se notar, ainda, que nem ao menos, dois autores portugueses fornecem as mesmas séries. Isto se deve à confusão das próprias estatísticas oficiais e a suas constantes revisões. Assim, nas publicações do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal (e os órgãos que o antecederam), nem sempre fica claro se os totais incluem os Açores, a Madeira e Cabo Verde ou apenas o território continental. Além disso, o INE, especialmente nos últimos anos, tem revisado muitas de suas séries estatísticas “retrospectivas”, o que resulta em conjuntos um pouco diferentes até mesmo para séries de pré-1950.

2. A correlação entre os portugueses que emigraram de Portugal por via legal e os que chegaram ao Brasil é alta, com valor de 0,9291 (1855-1950). Torna-se porém agudamente negativa após 1950 com o valor de -0,5801 (1950-1972). Os números da emigração legal indicam que os emigrantes que demandavam as Américas representavam, no mínimo, 80% de todos os emigrantes portugueses até 1961, quando então a Europa continental tornou-se uma destinação importante (Arroteia, 1983:113). Da mesma forma, o surgimento do Canadá e da Venezuela como grandes centros de absorção de imigrantes portugueses na década de 1950 começava a causar impacto até mesmo no fluxo de emigrantes para a América. De fato, o estudo de Souza Ferreira sobre a experiência francesa mostra que o afastamento dos fluxos com relação ao Brasil foi provavelmente ainda mais destacado do que tais valores indicam. Outros estudiosos apontam o ano de 1962 como o ano em que emigrantes portugueses foram mais para a França do que para o Brasil, tendência que jamais se alterou (Almeida e Barreto, 1970:185).
3. Os distritos destas cinco províncias setentrionais apresentavam, em média, de 5 a 21 emigrantes por mil residentes no período e 1886-1913, níveis jamais iguados pelas províncias meridionais (Chaney, 1984:87). As ilhas tinham taxas ainda maiores, no ano de 1912, por exemplo, apresentaram, em média, 27 imigrantes por mil habitantes, em comparação com 14 por mil no continente. Enquanto o distrito de Bragança, situado no Nordeste do território continental (na província de Trás os Montes), era o grande "exportador" de Portugal, com 60 emigrantes por mil habitantes, a ilha açoriana de Ponta Delgada ficava em segundo lugar, com 4 por mil (Ministério de Finanças. Direcção Geral de Estatística. Movimento da População. Anos de 1908 a 1912. Lisboa, 1914, p.22).
4. Entretanto, como notam Serrão e todos os outros comentaristas da emigração, pelo menos um terço a mais de portugueses emigrou por vias ilegais, em qualquer período (Serrão, 1977:37-38). As vezes, esta emigração chegou a superar o volume total dos emigrantes por via legal, como no caso da França desde 1950 (Ferreira, 1976:51-73). Houve emigração ilegal também para o Brasil; em 1872, por exemplo, o Consul de Portugal no Rio de Janeiro estimou que, à parte os imigrantes legais, 20% dos portugueses que lá aportavam eram imigrantes ilegais (Alencastro, 1988:35).
5. Entre 1944 e 1967, houve um nftido movimento de cerca de 217 mil emigrantes portugueses para as colónias africanas, com os fluxos mais intensos ocorrendo na década de 1950 e no início da década de 1960 (Almeida e Barreto, 1970:168).
6. Assim, por exemplo, nos anos de 1911 e 1912, segundo o "Registro do Movimento de Imigrantes na Ilha das Flores", quase todos os imigrantes lusos que vinham de navio de Lisboa e das ilhas para o Rio de Janeiro eram agricultores que haviam recebido subsídios para a viagem, quase todos em grupos familiares e com uma distribuição por sexos muito equilibrada. Ver Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, "Entrada de Estrangeiros", livro 100 e 103.
7. Embora chegassem ao Brasil imigrantes açorianos ao longo dos séculos XIX e XX, parece que, a partir da década de 1820, seu destino primordial foram os Estados Unidos. Entre 1869 e 1892, por exemplo, 70% de cerca dos 39 mil portugueses que emigraram para os Estados Unidos provinham das ilhas (Ferenzci e Willcox, 1929:378-429).



8. Brettell calcula que, nas décadas de 1850 e 1860, uma passagem de terceira classe para o Brasil, nos mais baratos navios portugueses, custava 33\$000, enquanto o salário urbano diário, em Portugal, variava de \$300 para os trabalhadores especializados, a \$200 para não-especializados (Brettell, 1986:90).
9. Directoria Geral de Estatística – 1985. *Recenseamento geral . . . do Brasil em 31 de dezembro de 1890 — Districto Federal*. Rio de Janeiro, p. 232-233.
10. Dos japoneses que se casaram entre 1908 e 1962, apenas 3% dos 38.729 homens e 0,3% das 30.205 mulheres escolheram cônjuges não japoneses. Mesmo seus filhos mantiveram esta característica. Uma pesquisa de 1958-1962 informou que apenas 18% dos filhos homens, de pais japoneses, contraíram matrimônios exogâmicos e somente 8% da segunda geração de mulheres fez o mesmo (Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, 1964:356, Tabela 276).
11. Prefeitura do Districto Federal – 1947. *Anuário Estatístico do Districto Federal. Ano X (1946)*. Rio de Janeiro, v. I, p. 53.
12. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – 1911-1912. Condições de trabalho na indústria têxtil do Estado de São Paulo. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*. São Paulo, Ano I, nº 1-2, p. 74-75.
13. Id., *ibid.*, p. 120-121.
14. Em todos os casos, os estrangeiros perfaziam pelo menos um terço dos membros das sociedades beneficentes operárias registradas no Rio de Janeiro em 1912; também eram comuns associações de trabalhadores exclusivamente portugueses. Ver o Censo dessas associações levado a cabo pela Prefeitura do Distrito Federal, *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil): história e estatística*. Rio de Janeiro, 1922 (Tabela sem número no fim do volume, intitulada “Associações Mútuas e de Beneficência. . .”).
15. PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico, 1965*, v.I, Tabela 17, p. 22.
16. Em média, o valor dos recursos financeiros repatriados alcançava de 50% a 80% do déficit comercial português (Chaney, 1984:65). Ademais, ao contrário do que acontece hoje na Europa, com a poupança que os emigrantes portugueses mandam para sua terra natal — de natureza altamente sazonal devido à concentração dos lusos na construção civil e as suas férias anuais em Portugal —, a poupança vinda do Brasil antes da eliminação de tais transferências pelo governo brasileiro em 1931, não era determinada por razões sazonais, mas distribuía-se ao longo do ano, o que sugere o envolvimento dos imigrantes em trabalho não-sazonal no Brasil. Além disso, as estimativas das fontes destes recursos brasileiros na década de 1920 mostram que a comunidade lusitana do Rio de Janeiro fornecia uma parte importante dessa poupança, ou seja, cerca da metade, em comparação com apenas uma quarta parte oriunda do Estado de São Paulo (Chaney, 1984:72).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Marli Moreira de – 1983. *Trabalho e Conflito no Porto de Rio de Janeiro (1904-1920)*, (MA thesis, Universidade Federal Fluminense, Niterói).
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de – 1988. Proletários e escravos imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 21, Jul.
- ALMEIDA, Carlos e BARRETO, Antonio – 1970. *Capitalismo e Emigração em Portugal*. Lisboa, Perlo.
- ARROTÉIA, Jorge Carvalho – 1983. *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa, Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- BRETTELL, Caroline B. – 1986. *Men who Migrate, Women who Wait, Population and History in a Portuguese Parish*. Princeton: Princeton University Press.
- CHANFY, Rick Lamon – 1984. *The Economics of One Hundred Years of Emigration and Remittances in Portugal*. Ph. D. thesis, Department of Economics, University of Illinois.
- COMISSÃO de Recenseamento da Colônia Japonesa – 1964. *The Japanese Immigrant in Brazil*. Tokyo: University of Tokyo Press.
- FAUSTO, Boris – 1984. *Crime e cotidiano, a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- FERENZCI, Imre & WILLCOX, Walter F. – 1929. *International Migrations: Statistics*. New York: National Bureau of Economic Research, v. 14.
- FERREIRA, Eduardo Sousa – 1976. *Origens e formas da emigração: O impacto da emigração sobre o desenvolvimento*. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- KEREMITSIS, Eileen – 1982. *Workers and Industrialization in Rio de Janeiro, 1870-1930*. Ph. D. thesis, Department of History, Columbia University.
- LEVY, Maria Stella Ferreira – 1974. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972), *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.8 – Suplemento.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer – 1978. *História do Rio de Janeiro*. 2 vols.; Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.
- MARAM, Sheldon Leslie – 1979. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- O'NEILL, Brian Juan – 1984. *Proprietários, lavradores e jornaleiros: Desigualdade social numa aldeia transmontana. 1870-1978*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.



- PEREIRA, Luis Carlos Bresser – 1974. *Empresários e administradores no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- PEREIRA, Miriam Halpern – 1981. *A política portuguesa de emigração, 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – 1966. *Anuário Demográfico*, p. CXXXVIII, Tabela 88.
- SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Directoria de Terras, Colonização e Imigração – 1937. (*Boletim*) I:1. São Paulo. (Apêndice, Tabela sem número, “Movimento Imigratório pelo Porto de Santos. . . 1980 a 1936”; e Quadro A-16, p. 69).
- SERRÃO, Joel – 1977. *A emigração portuguesa, sondagem histórica*. 3ª edição; Lisboa, Livros Horizonte.

ABSTRACT – This survey of the Portuguese migration to Brazil analyses the Portuguese and Brazilian statistics to determine the volume, timing and quality of Portuguese immigrants to Brazil as well as the importance of Brazil in the overall Portuguese emigration. The patterns of geographic and economic mobility for the Brazilian resident Portuguese is examined, especially for the period since 1900. The Portuguese came to Brazil from the earliest times and were important immigrants until the second half to the 20th century. They eventually were the single most numerous of the foreign born migrants. The Portuguese were also the most urban oriented and least subsidized of the immigrants. As a result they tended to have a higher proportion of single male migrants than any other major European or Asian migrant group. They did reasonably well in terms of rural land ownership, but seemed to do better in urban commercial and industrial activities. Their early urban concentration may explain their high rates of participation in urban crimes in the early part of the century. Though their rapid integration into the Brazilian economy may explain their very low rates of return migration – the lowest of the major European immigrants – they were also the most endogamous of the European migrants, having relatively low rates of intermarriage with native Brazilians and other immigrants.